

Mesa-redonda
Inclusão racial no Brasil

Benilda Regina Paiva de Brito

Coordenadora do N'Zinga – Coletivo de Mulheres Negras;
Psicopedagoga; professora de Direitos Humanos da PUC
Minas Betim.

Os dados do Ipea conseguiram traduzir o que nós – inclusive o Ivanir, que também é um dinossauro do movimento negro –, militantes, temos denunciado há muito tempo e hoje está aí uma pesquisa em dados estatísticos. É importante quando o Ipea traduz as denúncias que nós, do movimento negro, fazemos há tantos anos, e que muitas pessoas não davam tamanha credibilidade porque não era computado em gráficos e não era dito em uma linguagem “oficial”, o que a sociedade brasileira respeita e aceita. Não é a primeira vez que assisto a essa exposição, mas, enquanto mulher negra, moradora neste país tão preconceituoso como o Brasil, tenho que confessar que cada vez é uma novidade, mais um choque para nós que temos filhos e que ainda sonhamos com uma sociedade diferente, em que o respeito consiga prevalecer.

Sou coordenadora de uma ONG, o N'Zinga – Coletivo de Mulheres Negras. O N'Zinga é uma das entidades que compõem o conjunto do movimento social negro e a nossa entidade particularmente é composta por 13 mulheres negras. Nosso trabalho se detém na discussão de gênero e na discussão racial. Eu só queria fazer uma provocação: qual a justificativa para esse comportamento ou para tamanha desigualdade revelada nos dados do Ipea, nesta sociedade racista, se não o próprio racismo?

Se fizermos esse exercício vamos parar de pensar que a discussão racial é só um problema para negros. Quando os dados aparecem em linhas paralelas, percebemos que o que vai caindo também vai caindo, e o que vai suspendendo também vai suspendendo. Eu tenho uma amiga de São Paulo que fala que cansou de discutir negritude. Ela quer discutir agora branquitude. Ela quer entender o que faz os brancos se manterem nessa posição, achar que é o lugar legítimo e os negros sempre se mantendo também nessa posição.

É importante pensarmos o seguinte: a taxa de analfabetismo caiu no Brasil. Mas, ainda caindo, a taxa de analfabetismo continua gritante para a população negra. Qual a justificativa para tamanha situação se não esse racismo que é tido como velado neste país brasileiro onde a população maior, ou seja, a segunda população mundial ainda é a população negra? O Brasil é o segundo país de maior população negra.

Ocorre algo diferente de outros países, que é impressionante. Quem não é 100% negro, como eu sou, aqui no Brasil acha que é branco. Em outros países, quem não é 100% branco é negão. A maior armadilha que o racismo conseguiu construir nesta sociedade é a negação da identidade. 100% negro é o que é aceitável, que as pessoas conseguem olhar e identificar. Ou seja, meus pais, meus avós paternos e maternos são negros. Eu tenho a pele negra, o cabelo crespo e o nariz chato, logo uma mulher negra. Aqui no Brasil, quem tem um bisavô negão, um avô negão, tem o cabelo crespo, a pele clara, acha que é branco. É muito comum ouvir assim: “Meu pai é negro, minha mãe é branca, meu irmão é negro e eu sou branco.” Não tem jeito não. A discussão da identidade racial vai muito além da tonalidade da nossa cor da pele, na realidade, não é só o tom de pele, ou a textura do cabelo ou o nariz ser chato ou não.

Nesse sentido, a realidade que é passada pelo Ipea não é apenas estatística. Essa realidade define posições políticas. Se a maior estratégia do racismo é essa, entendemos por que, por exemplo, o censo de 1960, o último censo antes da ditadura militar, apresentou: “Qual é a sua cor?”. A questão era aberta. Apareceram 129 tipos de cores para a pessoa não dizer que era negra. Aí nasceram “marron bombom”, “café com leite”, “azul bebê”, “jambo”, disparidade que até hoje as pessoas assumem como identidade, para não dar esse recorte racial.

Isso é culpa da pessoa? Claro que não. A **Folha de S. Paulo**, em 93, saiu fazendo uma pesquisa: “Existe racismo no Brasil?”. 93% das pessoas disseram “sim”. Quando ela muda a pergunta, “Você é racista?”, menos de 5% responderam que são racistas. Então o mito da democracia racial, a falsa idéia de relações sociais e democracia racial legitima a posição de negar o racismo, logo negar a identidade. Claro que nenhum negão dorme e acorda com raiva de ser negro. O que provoca isso é todo o processo de exclusão colocado, todo o estereótipo negativo que é construído, quando se liga a televisão. A televisão é perversa para com a população negra. Aos brancos são dados múltiplos papéis: nas novelas, principalmente, brancos bons, ruins, pobres, ricos, empresários, mendigos, mas o tempo inteiro a população negra é congelada à imagem do serviçal, do boçal, do ladrão, do mau caráter, do traficante. Essa impressionante identidade negativa que nos é colocada o tempo inteiro serve para prejudicar a imagem da população negra e aumentar a dificuldade de afirmação da sua identidade racial.

Vejamos por que é importante nós conseguirmos assumir a nossa identidade. O único órgão oficial do governo que começou a fazer isso foi a Saúde. Antes a Saúde perguntava qual era a cor da pessoa. Graças ao movimento negro, houve denúncias, porque nós especificidades também na saúde. Hoje a Saúde consegue identificar que a população negra morre mais de hipertensão arterial, por exemplo, a pressão alta. Algumas alas da Saúde falam que a nossa língua tem mais dificuldade de sentir o paladar, por isso comida de negro é mais temperada. Nós colocamos mais sal, mais tempero, mais pimenta e a pressão sobe muito mais. Um outro dado é da Sociologia, segundo a qual as piores condições de vida, de trabalho, de acesso a saneamento básico, a moradia são a do povo negro. É claro que a nossa hipertensão vai ficar fragilizada também diante da realidade apresentada pelo Ipea de acesso à cidadania. A Saúde descobriu que nós, mulheres negras, temos incidência de miomas cinco vezes mais do que as mulheres brancas. O dado é extremamente político. Qualquer mulher negra, quando for ao ginecologista, merece que tenham a preocupação de olhar o nosso mioma, porque já temos predisposição genética a ter mais mioma do que as mulheres brancas.

A Saúde descobriu também uma doença que é a anemia falsiforme, que já tínhamos denunciado. Antes de a Saúde assumir e estudá-la, o remédio era tirar o baço do povo negro, que provocava mais fragilidade para adquirir outras doenças, mas hoje a Saúde tem que estudar sobre isso.

Avançamos em vários dados quando denunciemos e conseguimos identificar qual é a cor da pessoa. Por isso o movimento negro, no censo de 2000, fez a campanha: “Qual é a sua cor? Responda com bom censo, não deixe sua cor passar em branco”. Quando conseguimos assumir a identidade racial, facilitamos os dados que o Ipea apresenta, que a Saúde vai descobrir, o mercado de trabalho idem, fortalecemos a nossa denúncia quanto à desigualdade e provocamos, inclusive, a discussão para a necessidade de elaboração de políticas públicas. Por isso também pedimos para as pessoas fazerem uma consulta à sua árvore genealógica, a fim de conseguirem afirmar com mais tranquilidade qual é a sua cor.

Se não for feito pelo menos para o mercado, para acesso à cidadania, que se faça pelo menos para o mercado consumidor, que hoje tem descoberto essa identidade racial e tem explorado de uma forma muito criativa. Quem nunca viu, por exemplo, a propaganda do Vansenol que faz um reclame para a pele negra e morena? Tiveram que colocar um moreno porque quem acha que não é negro terá que comprar assim mesmo. E têm vendido, mas é a mesma substância. Daí vemos que o moreno também é negro. Quem nunca percebeu a Avon e a Natura fazendo propagandas hoje para a mulher negra? Acho muito bonita uma base para o tom da nossa pele. Antes ficávamos com o braço negro e o rosto bege, porque era uma base feita para outra pessoa. Quem não entendeu ainda como a Lupo, por exemplo, fez uma grande descoberta no mercado consumidor para nós, mulheres negras? Hoje se encontra, graças à afirmação da identidade que foi estimulada pelo movimento negro, meia do tom da nossa pele. A Lupo descobriu que vende mesmo, porque antes a nossa pele também ficava bege. Era meia da cor da pele de quem? Essas coisas são fundamentais. Até a Sadia lançou no Natal passado uma lingüiça mais temperada, porque negro gosta mais de tempero. Eu sempre brinco – mas falo sério – que no caso da Sadia eu não sei se é genocídio, já que se morre mais de hipertensão, mas é uma lingüiça mais temperada.

De qualquer forma, quero chamar a atenção para percebermos estratégias que até o mercado consumidor já descobriu com a afirmação da identidade. Para nós, do movimento negro, afirmar a identidade significa chamar a atenção para a necessidade urgente e atrasada de elaboração de políticas de ação afirmativa, por exemplo.

Diante desse quadro, qual é a realidade do povo negro hoje? O Programa Nacional das Nações Unidas tem um Índice de Desenvolvimento Humano que avalia: acesso à educação, expectativa de vida, trabalho e renda da população. Dos 163 países que compõem o *ranking* mundial da ONU, o Brasil, de uma forma geral, quando foram analisados esses dados, ocupava o septuagésimo quarto lugar. Uma estudiosa do Rio de Janeiro, Vânia Santana, uma mulher negra, resolveu tomar esses dados do Pnud, cruzá-los e trabalhar só a população branca. Se considerarmos só a população branca, o Brasil sobe para o quadragésimo terceiro lugar. E se considerarmos só a população negra, o Brasil despenca para o centésimo oitavo lugar. Estamos chegando da Conferência Mundial da África do Sul, e este país está em centésimo terceiro. Esse dado indica que a realidade do povo negro brasileiro é pior do que a realidade do povo negro da África do Sul. O dado é assustador para nós do Brasil.

Imaginemos essa realidade, se acrescentarmos a categoria “gênero”. A nossa situação será pior ainda, porque, apesar de o último censo demográfico de 2000 apontar a população brasileira em 169.544.000 habitantes, 50,79% dessa população somos nós, mulheres. Aí chamamos a atenção para o que o movimento de mulheres negras tem feito há muitos anos. Inclusive ele só consegue se articular porque nós chegávamos ao movimento feminista e discutíamos assim: “Tá bom, gente, tem a questão da mulher, mas o caso da mulher negra!”. O movimento feminista dizia assim: “Não, tudo é mulher mesmo, que é isso?”. De volta ao movimento negro: “Não, a questão racial é séria, mas no caso da mulher negra...”. “Não, tudo é negro mesmo, não tem problema não”. Percebemos que, na realidade, a situação das mulheres negras é diferente sim. Ser mulher é muito duro, mas ser mulher negra neste país racista é pior ainda. Estamos somando discriminações.

Estatisticamente, quero considerar as mulheres negras nesse quadro muito desigual. No acesso ao mercado de trabalho, as mulheres negras ainda são o perfil que mais ocupa a

categoria de carteira não assinada, principalmente o emprego doméstico. Em termo de expectativa de vida, apesar de a história das mulheres ter uma expectativa de vida maior do que a dos homens, no caso das mulheres negras, o nosso quadro é pior. As mulheres negras morrem em um percentual muito grande em relação às mulheres brancas. As mulheres negras têm 25% a menos de chances do que as mulheres brancas de chegar aos 75 anos.

Outro dado comum às mulheres é quanto à violência, a qual temos discutido muito no N'Zinga. Nos últimos cinco anos de minha vida, eu trabalhei no Benvinda, que é o Centro de Apoio à Mulher da Prefeitura, onde se atendem mulheres que sofrem violência doméstica. Dos índices nacionais, Belo Horizonte é uma das cidades brasileiras que mais mata e espanca mulheres. Aqui a violência doméstica não tem dó, mas a violência não respeita cor, classe social, etnia, escolaridade, nada disso. Costumamos dizer que é a relação democrática que mais existe, porque está presente em todos os ambientes sociais. Se formos considerar violência tudo que tenta tirar do outro o sentimento de humano, tirar os sonhos, os desejos, as conquistas, tornar o outro coisa, percebemos que a violência acontece com as mulheres negras e brancas. A violência é a mesma, usa das mesmas estratégias nas relações raciais, uma delas, a coisificação. Estas duas violências usam da coisificação para se estabelecerem socialmente. Quando as mulheres apanhavam dos maridos – e apanham ainda –, afirmam para nós lá na Benvinda: “Coitado, ele só me bate quando bebe”. Retomamos com a pergunta se ele bebe muito, e respondem: “Ultimamente está bebendo todo dia, coitado. Mas ele bate no que é dele”. A expressão “bateu no que é dele” coloca a mulher em condição de coisa. Claro que existe uma herança patriarcal, de desigualdade, que coloca a mulher como condição submissa, que consegue justificar tamanha agressão. No caso da relação racial, a coisificação também é muito presente, quando sobre nós, povo negro, recai qualquer apelido que não é humano: macaco, por exemplo, um apelido de que as pessoas costumam chamar muito as nossas crianças negras na escola, onde são vítimas o tempo inteiro.

Usa-se também da banalização para se garantir na sociedade. No caso das relações de gênero, um exemplo é a mais recente musiquinha que os meninos estão cantando aí, “um tapinha não dói”. Tapinha dói sim. Quem canta “o tapinha não dói agora”? Costuma dizer que tapinha dói, mas cantam “tapinha não dói agora” e mais tarde estão procurando delegacia de mulheres para denunciar essa situação.

Quero lembrar aqui, de uma forma muito forte inclusive, o papel do CEAP, que é a entidade coordenada pelo Ivanir no Rio de Janeiro, em um exemplo de banalização para nós, mulheres negras, no caso do Tiririca, quando ele cantava a música: “Essa nêga fede, fede de lascar. Bicha fedorenta, fede mais do que gambá”. O povo defendeu assim: “Mas coitado do Tiririca, ele está brincando!”. Porém, enquanto ele brincava, várias crianças negras não queriam nem pisar na escola, porque as pessoas gritavam: “É gambá!”. Nós banalizamos tanto que a banalização serve para legitimar e manter essa situação de desigualdade. Quando o Ceap tomou a iniciativa de uma campanha, acionou o movimento negro inteiro do Brasil, conseguimos derrubar essa música e o promotor cassou o disco do Tiririca. Muita gente não entendia: “Isso é censura!”. Claro que é, porque está usando de uma identidade para torná-la um estereótipo negativo.

Usa-se o silêncio também para garantir a violência racial e a violência de gênero. As mulheres que apanham e não denunciam estão também ajudando. Quem apanha uma vez e não denuncia vai apanhar de novo. Ouve-se o Seu Zé bater na D. Maria o dia inteiro e não

se fala nada. No outro dia se encontra o Seu Zé e: “E aí? Beleza?”. “Beleza. D. Maria tá boa?”. “Tá boa”. Se ela apanhou a noite inteira, como está boa? A D. Maria silencia, finge que não apanhou, Seu Zé silencia, finge que não bateu e nós silenciamos, fingimos que não escutamos.

O silêncio é perverso para garantir a situação de violência. Ele acontece também, estrategicamente, nas relações raciais, quando a escola, por exemplo, nega a identidade do povo negro. Quando a escola não esclarece, por exemplo, o meu filho, que tem nome africano – o Adaiê, que significa sol nascente, Alaiê, possuidor de vida, Aiana, flor de formosura, eu tenho três filhos –: “Sabe por que você é negão? Porque você veio lá da África, onde o sol é muito quente e a sua pele teve que desenvolver essa substância chamada melanina, para proteger a pele do sol. Quem tem muita melanina são os negros, quem tem pouca são os brancos, quem não tem nenhuma são os albinos. Por que vocês têm esse tanto? Para proteger a sua pele do sol, pois na África era muito quente. Imagine um albino morando na África! Que loucura seria!”. Então, quando a escola silencia, não fala para o meu filho que o cabelo dele é crespo, porque se fosse liso ele teria queimadura no couro cabeludo; e que o nariz é chato porque a África, além de ser quente, é muito seca, se meu nariz fosse afilado eu teria problemas respiratórios e estrategicamente eu tenho um nariz mais avantajado para respirar melhor. Quando a escola nega essa identidade para entender que é tão competente quanto uma criança branca ou qualquer outra que seja, ela está contribuindo com essa situação de desigualdade.

As duas violências usam da morte. Todos os dias ouvimos na imprensa mulheres assassinadas pelos seus maridos. E nós aprendemos que “em briga de marido e mulher a gente não mete a colher”, “cachorro que late não morde”, mas é tudo mentira. Nós metemos a colher sim e cachorro que late um dia morde sim, porque todas as mortes que temos visto na imprensa ultimamente foram denunciadas e prometidas pelos companheiros. Essa é a violência doméstica, que acontece dentro da nossa casa e para nós, mulheres, é um dado gritante.

A violência racial também é de morte. No Rio Grande do Sul, acompanhamos agora assustados o caso do Claudinei, aquele menino que tinha uma bicicleta importada. Ele era um adolescente negro, que andava na rua de bicicleta, foi atropelado por um médico que não prestou socorro e mais à frente falou com a polícia assim: “Atropelei um ladrão de bicicleta lá atrás”. A polícia deu um tanto de porrada no ladrão de bicicleta, levou-o para o hospital e do pronto-socorro falam que não o atenderam de imediato, primeiro, porque era ladrão e, segundo, porque o hospital estava cheio. A mãe do adolescente deu um depoimento aos prantos, disse que sempre obrigou o Claudinei a, quando saísse de bicicleta, levasse no bolso a carteira de identidade e a nota fiscal para ninguém nunca achar que ele fosse ladrão de bicicleta. E tirou do bolso dele, morto por traumatismo craniano porque não foi prestado socorro em tempo hábil, a carteira de identidade e a nota fiscal.

Quem disse, se não o racismo, que Claudinei era ladrão de bicicleta? Esse é o poder que têm as nossas ações. As duas violências só serão destruídas quando nós agirmos ao contrário: se usamos do silêncio, a nossa estratégia é a visibilidade. O que o Ipea e o movimento negro fazem é fundamental. A visibilidade é a estratégia para romper essa situação de desigualdade. Havia uma mulher no meu serviço, na Benvinda, que vivia me pedindo um cartaz. Todo mês ela estava lá, machucada, um dente quebrado, o olho roxo. Um dia arranquei um cartaz da parede e dei para ela. Depois de quatro meses, ela chegou e perguntei: “Fulana,

“você sumiu, o que aconteceu?”. “Sabe o cartaz que você me deu? Eu preguei na sala da minha casa. Toda vez que meu marido grita comigo eu mostro o cartaz pra ele. Tem quatro meses que eu não apanho”. Com isso ela queria dizer que ela sabia onde procurar ajuda, que sabia que o marido estava fazendo errado, e se ele fizesse de novo, ela iria denunciá-lo.

Quando se torna visível essa situação, que no movimento negro, para o povo negro, isso tem acontecido como estratégia – encontram-se os meninos na rua, 100% negros e lindos, o cabelo crespo para cima, a roupa do jeito que se gosta e que assumem a sua identidade racial –, as estratégias são para erradicar essa situação de desigualdade. Por isso, quando se discutem ações afirmativas, não se está discutindo favor, nem privilégio. A negação histórica é tratada, hoje, como um direito. Ações afirmativas são diferentes de cotas, por exemplo. Eu dou aula na Universidade e muitos estão preocupados: “Ah, mas a cota na Universidade, como é que é isso?”. As cotas são uma das medidas de ação afirmativa. Se as ações afirmativas não mexerem nas causas e nas consequências, não adianta nada. Colocar o menino na Universidade significa trabalhar desde o ensino médio, desde o acesso à educação infantil.

Meus comentários vão responder agora as manifestações da platéia. No último censo, o IBGE trabalhou com cor, não com raça. A pergunta era se o indivíduo é preto, branco, pardo, amarelo ou indígena? É óbvio que os indígenas são os índios, os amarelos são os asiáticos, muitos se olhavam pela cor, mas não é anemia, são os orientais, os brancos são os brancos e os pardos são os pretos, que são os negros. Portanto, ainda que o IBGE não tenha dado a resposta oficial do censo de 2000, qualquer afirmação que se faça sobre a população negra, o Instituto estará somando os pretos e os pardos. Pelo critério da auto-classificação, cada um vai responder a cor de acordo com a sua identidade. Quando eu trabalhava com a questão da violência, eu atendi uma senhora negra como eu. Perguntei qual era a sua cor, porque trabalhávamos levantando o perfil da vítima. A mulher, negra como eu, parou, pensou e falou assim: “Eu sou amarela”. Aí eu escrevi a cor que ela me disse. Depois eu perguntei a cor do marido, ele a tinha provocado e machucado. Ela disse: “Ele é preto, preto, preto”. Não há dúvida de responder qual é a cor não seja fácil. Dizer qual é a sua cor tem, por trás da resposta, um processo discriminatório, uma construção negativa, um estereótipo negativo que está na sociedade. Que todos fiquem à vontade, isso é importante, por isso o movimento negro hoje trabalha com o termo “afro descendente”, que consegue ampliar a conotação da cor: se meu tataravô era negão, eu também sou afro descendente. A família é a principal força nesse sentido, a escola vai apenas reforçar, assim como a igreja. Daí a preocupação nas relações inter-étnicas. Não quero dizer que sou racista com isso, o meu tesão privilegia os homens negros, se eu gostasse de verde, minha opção poderia ser o Huck, ou alguém cor de rosa de bolinha branca. A questão é de respeito, carinho e sinceridade na relação de afeto. A minha mãe – nós somos 7 filhos, 4 mulheres e 3 homens – sempre trançou o nosso cabelo e dizia assim: “Nossa, a minha neguinha está linda!”. Eu sempre fui para a escola sabendo que era negra e que era linda, então o adjetivo “lindo” colado no substantivo “negro” sempre foi muito presente na nossa vida, apesar de chegar à escola e receber uma gama de apelidos de “chup chup de asfalto”, de “macaco”, de “kichute”. Odiava kichute naquela época por isso, mas tinha uma afirmação em casa que era muito poderosa. Falo isso com os meus filhos hoje. Quando alguém pergunta para o Aldaê qual é o nome dele, ele fala que é um nome africano, significa sol nascente, era o nome de um rei de uma região da África etc. Outro exemplo bem comum: existem dois bairros no Brasil muito conhecidos têm o mesmo nome, mas são total-

mente diferentes, o bairro Liberdade. Quem é de São Paulo ou já foi lá conhece o bairro Liberdade, um bairro dos orientais, onde o lustre, a calçada, o templo religioso, o comércio, o banco, a escola, tudo é dos orientais, lá se tem a impressão de que se está andando no Japão. Nem o calendário festivo e religioso brasileiro eles seguem. Se um proprietário, um empresário precisa de um funcionário, ele escreve na porta: “Procura-se um trabalhador nissei”. Em Salvador existe um bairro que se chama Liberdade, aquele que a Daniela Mercury canta: “Quem é que sobe a ladeira do Curuzu?”, o bairro onde fica o bloco Ileiaê, o meu bloco do coração, de identidade. Em Salvador, é um bairro onde vivem 99% de negros, o maior índice em termos de analfabetismo, falta de saneamento básico, é uma pobreza geral. Lá ninguém vai escreve “procura-se um trabalhador negro”, porque lá quase 100% são negros e desempregados, a situação é extremamente difícil. A questão é que, quando as pessoas vão discutir racismo, conseguem achar racismo no bairro Liberdade em Salvador e acreditam que os negros lá são racistas, mas não conseguem vir discutir racismo no bairro Liberdade em São Paulo. Por isso aqui no Brasil eu costumo sempre falar: o racismo é igualzinho a uma arma que aponta. Em outros países, como nós viemos agora da África do Sul, onde o *apartheid* acabou há pouco tempo, ele é uma arma que aponta na sua testa, vê-se a arma e quem está apontando, por isso sabe-se em qual escola matricular, em qual banco abrir a conta bancária, em qual restaurante levar a família, porque, se vacilar, a arma dispara. Aqui no Brasil há uma arma também, só que ela aponta para a nossa nuca. Sentimos a arma, sabemos que tem alguém aqui, mas não sabemos quem que é. Por isso achamos que podemos, mas não podemos. Também vemos na televisão sempre: delegada flagra racismo no clube Labareda, em Belo Horizonte, a negona, uma delegada, nadava com as filhas na piscina e os brancos disseram: “Sai daí, vai sujar a água, aqui não é lugar seu, e ela, como delegada, autuou em voz de flagrante a questão racial. Recentemente nós vimos o caso de uma professora da escola da Serra, onde só tem uma professora negra e os dois meninos negros que estudam na escola são os filhos dela. Ela era mordida pelos alunos todos os dias. Era uma mordida, uma mordida, uma mordida, um dia ela sacolejou uma menina pequenininha e falou: “Pára de morder! Isso dói, por que você está me mordendo?”. A menina falou assim: “Ô professora, porque a mamãe ensinou pra gente que você é de chocolate. Então por isso eu estou te mordendo”. É até mais fácil negar que existem pessoas negras e dizer a razão, para dizer que a professora é de chocolate ser mordida todos os dias. O racismo usa de armadilhas poderosas para se manter, e temos que dar essa visibilidade, dizer que eu sou negra e tenho muito orgulho, para tentar desconstruir isso. Ainda que alguém se case com branco, tenha filhos não tão negros, não tem jeito de deixar de ser negro. O Michael Jackson nunca vai ser um ex-negro porque não tem jeito. Eu sou Benilda, estou fazendo dieta, eu posso ser ex-gorda, eu posso emagrecer um dia, estou fazendo muita força para isso, mas ninguém nunca vai ver Benilda ex-negra. O desafio é grande, os filhos das relações interétnicas têm que ter um suporte em casa muito grande, existe hoje uma vasta literatura pra tratar isso, histórias infantis, o N’Zinga tem feito isso muito em Belo Horizonte em várias escolas, oficinas para formação de professor. Nós criamos, inclusive, material didático. Para lidar com tudo isso, basta despertar olhar para o cartaz da festa junina que ainda tem aquela menina branca com duas trancinhas loiras do lado, o cartaz do dia das mães ainda é aquela mãe branca. Uma professora deu um depoimento assustador, em que ela deu aquela fotografia que estamos cansados de colorir na escola, no dia das mães: uma mãe de lado carregando um nenenzi-

nho. Um aluno dela coloriu tudo de preto entregou, ela achou horrível, rasgou e deu para ele colorir de branco que era mais bonito. Depois ela caiu na real. O desafio é exatamente esse. Outro dia eu fiz uma palestra e uma menina perguntou: “Ô fessora, você tem amigos brancos?”. Tenho um punhado, a luta do movimento negro não é contra a pessoa branca, é contra um sistema que não nos dá oportunidade como dá para o branco.

Ivanir dos Santos

Pedagogo e presidente do Centro de Articulação da População Marginalizada.

Quero citar dois grandes lutadores negros, que no momento de suas lutas diziam algumas coisas que nos tocam muito, no movimento negro brasileiro. Um era o Steve Biko, na África do Sul, em todo momento mais duro da luta na África do Sul, antes do seu assassinato, ele dizia uma frase muito interessante que era: “Nós estamos por nossa conta”. Ou seja, naquele momento não existia nenhuma solidariedade internacional à luta na África do Sul. Eles lutavam muito por sua própria conta, sozinhos, isolados. Outro era um grande lutador nosso, grande referência do movimento negro internacional, o Malcow Ex, quando no final da sua vida ele conta – quem viu o filme lembra – de dois grandes arrependimentos que tinha na vida. O primeiro, quando a sua companheira, sua primeira namorada, uma mulher negra, tornou-se prostituta, ele diz que não fez nada para mudar a realidade dela. O outro, quando em uma Universidade como esta, uma menina branca o aborda e diz: “O quê que eu posso fazer pela sua luta?”. E ele rispidamente, de uma forma muito sectária naquela época: “Nada”. Quando ele vai a Meca, começa a entender que vários brancos eram muçulmanos. Aí ele se arrepende de não ter recebido a contribuição daquela jovem na sua luta.

Nós, do movimento negro, temos a honra de ter o Roberto Martins e o Ricardo Henriques como companheiros. No último ano, temos convivido muito juntos, eles assumiram essa bandeira, talvez até em risco de suas trajetórias pessoais. Não é muito fácil tratar dessa questão no Brasil de hoje. Quando o Roberto decidiu politicamente que era uma questão importante, nós sabemos quantas pressões existem nos bastidores, porque as pessoas não reagem com muita tranquilidade em debates com esse tema, e o que chama a atenção é a indiferença das pessoas. Às vezes batem palma, ficam emocionados, mas saem daqui e vão consumir em um *shopping center* desta cidade, que com certeza não é diferente das outras, onde as lojas não contratam negros. As pessoas consomem ali sem nenhum problema. Entra-se em uma loja, encontram-se dez vendedores, todos dez brancos. As pessoas compram, vão embora para casa e não se dão conta de que, se não tem negro trabalhando ali é porque aquela loja discrimina, não aceita negro. É assim o racismo brasileiro, e assim nós não somos racistas. Nós não temos nenhuma atitude para combater o racismo, parece que o racismo é um problema dos negros. O Ipea tem nos dado uma contribuição importante, mostra que é um assunto da sociedade brasileira que tem nos negado direitos. Os nossos filhos e, futuramente, se bobearmos, os nossos netos também não vão ter esses direitos.

Conclamo essa platéia a tentar mudar essa indiferença. Costumo brincar que hoje

somos 45% da população, mas, se passar a Lei de Cota, já passou no Rio de Janeiro – estamos fazendo um debate sério lá para regulamentar –, vamos passar a ser 80, 90%, porque toda pessoa loura de olhos azuis vai tirar o retrato do bisavô do armário, para reivindicar esse direito.

Muitas pessoas estão preocupadas: “Não, mas o grande problema disso é que ninguém sabe quem é negro na sociedade, tem um pouquinho da mistura, como é que nós vamos dizer quem é e quem não é?” Ora, qualquer recrutador de seleção sabe quem é, porque para disputar alguns postos de trabalho, ele sabe como excluir. O caso do *shopping center* é típico. Nós sabemos que quando os negros e negras vão disputar o mercado, vão fazer qualquer prova e pede-se a fotografia, a chance diminui, principalmente se tiver o exame psicotécnico. Se alguém chamar a polícia, ela também sabe quem é e quem não é, porque quando ela entra nos ônibus, ela sabe quem ela revista. Na verdade, há uma certa hipocrisia para enfraquecer esse debate. Ninguém sabe quem é, mas todos nós temos uma gotinha. É importante que todos assumam, porque culturalmente, no Brasil, a questão negra não é ainda agregada de valores. Não é à toa que vários negros são educados a não gostar da cor da sua pele, desde a escola. Quando se toma o livro didático naquela letrinha chamada F, de unidade familiar, a família que está lá não tem nada a ver com a minha família, ela é branca, geralmente, tanto o pai, como a mãe e dois filhinhos. Ninguém se dá conta de que a mesma família do livro didático é dada para todos, desde pequenininho, e se aprende a não gostar da sua cor, porque o livro didático ensina os brancos a gostarem da sua história, da sua origem, das suas referências. Ele incentiva a auto-estima dos brancos e abaixa a auto-estima dos negros.

Por isso os negros têm poucos anos de estudo, em um dado momento eles não agüentam, e aqueles que superam ficam mais brancos do que os brancos. Não é à toa que as pessoas negras que têm maior grau de escolaridade, que às vezes estudam mais, são mais resistentes inclusive a esse debate, e às vezes se tornam muito mais preconceituosos do que as pessoas brancas, porque têm que se esquecer da sua identidade para ter ascensão na sociedade brasileira. Isso é um dos piores crimes.

Costumo mostrar para os historiadores como eles dão aula no segundo grau, principalmente, e falam de História Geral. Ao falar de História Antiga, eles se referem ao Egito, contam que lá o povo tinha conhecimento da matemática, da arquitetura, que eles construíram as pirâmides, cultuavam a Santíssima Trindade, Ozires, Íris e um outro. Contam todo o conhecimento da irrigação, que havia o rio Nilo, mas a sua margem não era fértil, que aplicaram uma técnica para fertilização, e que conheciam a medicina. Depois Os historiadores passam para a Grécia e contam da literatura, da política, da filosofia. Começam a contar a história da Europa e depois entram no império romano. Uma criança branca vai aprender as conquistas que o continente europeu teve. Mas os professores nunca dizem que o Egito é um país africano, que está no continente africano, não é árabe. Por que não se conta isso? Eu estou dizendo uma mensagem subliminar. Ao dizer todas aquelas informações, também era para dizer aos alunos que a África teve organização social e política, desenvolveu ciências, ajudou a desenvolver a ciência mundial, foi o berço da civilização. Isso é importante tanto para uma criança negra como para a branca aprenderem, porque se aprende a respeitar o outro. Não só falar da sua condição de escravo, como se o escravo não tivesse dado grande contribuição para a sociedade brasileira. Estou chamando a atenção de que o racismo é perpetuado nessa sociedade de forma subliminar.

Há uma hierarquização na sociedade brasileira de quem manda e quem obedece, em que os brancos ocupam certas funções na área da elaboração do pensamento e do conhecimento e os negros na área braçal. O modo como as profissionalizações são oferecidas revela isso muito claramente. Eu estudei na Funaben muitos anos da minha vida, mas nunca assaltei ninguém, nem roubei. Eu estudei na Funaben, quase 16 anos da minha vida e, desde a minha época, a Escola Quinze, que era a escola-modelo, era uma escola de grande referência. Acabaram com a Escola Quinze. Quando se falava em prevenir delinquência, nós éramos quase 98% de negros que estudávamos ali, uma escola de qualidade, que disputava com o Pedro II. Acabou a Funaben, veio a reforma, o estatuto – ajudei a lutar pelo estatuto –, logo depois lá se tornou o CEI, que é também uma escola de referência. Já fui subsecretário de estado no Rio e eu vou muito lá. Na medida em que virou uma escola de segundo grau de referência, a maioria que está lá é branca; os negros estão nas oficinas, aprendem mecânica e marcenaria. Estou chamando a atenção que os espaços de excelência de ensino desse país estão todos reservados aos brancos. E isso não é feito ingenuamente. Nas Escolas Técnicas Federais, nos Colégios de Aplicação, nas Universidades Federais, os negros não estão presentes. Encontra-se um ou outro ali, que é filho de um funcionário, ou de um artista, ou alguém que conseguiu entrar. Então as políticas de ação afirmativa e a política de cota são uma realidade que nós vamos enfrentar. Mesmo nesta Universidade, a PUC, os negros são minoria, estudam Ciências Humanas, Letras, Pedagogia, História, ou seja, carreiras que, aparentemente, não conferem muito status na sociedade. Na medicina, arquitetura, engenharia, Os negros desaparecem. Cada um tem um argumento: “Não, porque o curso é caro, os livros são caros, não tem tempo...”. Entretanto não é por isso, existe mecanismo de controle na sociedade.

É um absurdo para mim, que sou contribuinte neste país, saber que existem muito mais negros africanos estudando nas Universidades públicas do meu país – mesmo que eu seja solidário aos africanos – do que negros brasileiros. E eles não fazem vestibular, vêm através de um interesse claro do governo brasileiro de aumentar sua influência na África. Se o governo brasileiro tem esse tipo de influência, faz esse tipo de movimentação, é óbvio que tem que ter vontade política também para colocar os negros nos melhores colégios e na Universidade. Isso é investimento no futuro, como muito bem disseram o Ricardo e o Roberto, vai ser bom para a economia deste país. Quanto às cotas, não se trata de privilégio, trata-se de decisão política. Todos podem contribuir com essa decisão política. É um absurdo ninguém ser racista, mas ninguém apoiar medidas anti-racistas que promovam a igualdade dos negros. As cotas existem para portadores de deficiência. Todos somos favoráveis a elas, a todas as políticas. Uma delas é que qualquer concurso público hoje tem que reservar 5% para portador de deficiência. Somos todos solidários. As cotas existem também para as mulheres dos partidos políticos, que é importante, mas, quando se trata da cor da pele, entra a divisão. É duro morar em um país e não se ver representado nele. Nas Forças Armadas deste país a nossa galera chega, no máximo, a soldado. Quando um chega a general, todo mundo fica batendo no peito: “Não, tem um general”. Mas é preciso quase trezentos anos para ter um? Aí eu pergunto: “Tudo bem, mas quantos tem lá?”. “Não, tem uns duzentos generais”. Quer dizer que, se um é negro, já é maravilhoso? Como nós viajamos muito em função das conferências, para mim é constrangedor chegar a uma companhia aérea, olhar no balcão e dizer: “É, eu acho que eu estou na Europa, não estou no Brasil”. De tanto o movimento negro de-

nunciar, colocaram vinte atendentes e um negro lá na ponta. A democracia racial brasileira é assim: sempre tem que ter um para dizer que esse é o nosso exemplo. Ah, mas e o Pelé? Isso é uma hipocrisia, um absurdo muito grande, não se justifica dessa forma.

Quando viajamos, eu entro em um avião e normalmente as pessoas se dirigem a mim em inglês – a não ser quando é time de futebol e escola de samba, quando vai com um pandeiro na mão. Aí eu retomo: “Não, rapaz, fala em português porque eu sou brasileiro”. Eles sabem que há espaços em que os negros não andam, não penetram. É raro se ver na televisão brasileira um economista negro discutindo a crise econômica, ou um estrategista negro discutindo a questão da guerra, ou um médico negro discutir Aids. Isso compromete muito a juventude negra, porque ela não tem onde se espelhar e conseguir ter mobilidade. Outra coisa interessante é que a resistência está justamente naqueles setores que dão mobilidade para a população negra.

Hoje já se aceita a história da África, hoje já se aceita fazer cabelo afro, todos acham bonito, mas há resistência para se ter medidas de mercado de trabalho e na educação. Pode-se observar que quem é contra as políticas de ação afirmativa tem o maior grau de instrução e é branco; quem é a favor tem o menor grau de instrução e é negro.

Uma vez, em um colégio americano, eu fiz até uma provocação: “Eu acho que vocês resistem, seus pais resistem, porque se botar aqui 40, 50% de população negra nesse espaço, vai ter que ter uma convivência. Então vai passar a ter beijo na boca, vai ter abraço e isso as famílias não querem. Elas não têm coragem de dizer isso.” Qualquer pessoa branca sabe que, quando a relação entra no afetivo, até para os que se acham moreninhos sempre há reação. Da mesma forma que, do nosso lado também, a nossa galera acha que tem que se casar com branco para embranquecer a família, para melhorar um pouco o futuro. Principalmente nas famílias que têm renda, que tem patrimônio, a hipocrisia se desmancha. Arruma-se um namorado e vai-se levá-lo em casa, o pai não sai do quarto, fica meio bicudo; a avó, que é a mais simpática e que vê a aflição da moça e do rapaz, diz assim: “Não, meu filho, o negócio não é nem contra. O problema é que tem alguma coisa de vocês que não combina, que é a cor da pele”.

A questão é séria e dura, a sociedade tem que enfrentar. A melhor forma de enfrentar e superar um problema é admitir que ele existe. O IPEA conseguiu traduzir em números aquilo que o movimento negro sempre diz, mas nós somos chatos, quando nós falamos, as pessoas pensam: “Lá vem aquele cara dos chapéus, lá vem a Benilda com aquela roupa encher a paciência da gente”. Nós trazemos inquietação para as pessoas, porque o racismo foi introjetado nas pessoas brancas e negras através da educação. Todos têm algum componente de educação racista dentro de si. Não é à toa que se alguém estiver à noite na rua e vir um negão do lado de lá, atravessa a calçada, porque acha que vai ser assaltado, diferente se vier um garoto branco.

Para lutar contra isso, é preciso ter consciência de que isso existe. Aqui na PUC tinha que ter um grupo que lutasse por política de ação afirmativa. A PUC deve estar registrada como entidade filantrópica e tem o benefício da Lei da Filantropia, em que parte do que ela deveria pagar ao INSS deve ser convertido em bolsa, em serviço. E por que – está aí um desafio – não transformar isso em bolsas para negros estudarem aqui? Não é só para estudar História, nem Pedagogia, que são importantes, mas Medicina, Engenharia, os chamados cursos de ponta. Essa é uma contribuição, até porque a Igreja precisa não só reconhecer seu

erro na escravidão, como dar a sua contribuição. A Igreja, os partidos políticos, os empresários têm que dar uma contribuição efetiva e nós queremos que o fato de ser diferente não nos torne mais desiguais. Nós podemos ser diferentes sim, mas ser iguais e lutar por justiça, termos os mesmos direitos.

Observa-se que essa população negra do Brasil é das mais pacíficas. Nós estamos dialogando, mas já existe uma geração que não tem mais paciência, basta observar o que diz o *hip hop*. Se a sociedade não ouvir esse clamor agora, ela pode se arrepender daqui a alguns anos, pois não dá mais para enganar. Existe desigualdade baseada na cor da pele neste país.

Só podemos superar isso e nos tornar uma democracia de fato efetiva se conseguirmos caminhos em os meus netos e os netos do Roberto de fato possam se olhar como iguais lá na frente, independente da cor da sua pele. Não é verdade que a educação também supera. Os dados mostram que, mesmo os negros que têm o mesmo grau de igualdade de educação, recebem a metade do salário quando vão para o mercado de trabalho. Eles não ganham o mesmo que os brancos. Quem ganha os salários mais altos são, primeiro, os homens brancos, segundo as mulheres brancas, depois os homens negros e por último, as mulheres negras. Quantos professores negros deve ter essa Universidade? A sociedade precisa dar a sua contribuição para pressionar o Estado brasileiro a cumprir o seu papel, porque as carreiras de Estado são as que mais resistem. Eu e o Roberto cansamos de nos encontrar com ministros. Lembro que fomos falar com o ministro das Relações Exteriores e, pelos dados que tínhamos do movimento negro, nós fizemos uma provocação: “Não, Ministro, tudo bem. O senhor vai entrar para a história, o senhor tem que entrar para a história. O senhor, por favor, nomeie aí o primeiro embaixador negro de carreira. Porque só teve um nomeado no Brasil, que foi o Raimundo Souza Dantas, nomeado pelo Jânio Quadros. Indígena então, nem tem”. Depois a briga entre eles era a seguinte: “Ih, rapaz, vai ser uma confusão porque não tem nenhum que é ministro”. Lá, primeiro o indivíduo é secretário. Sabemos que o processo de seleção do Itamarati sempre excluiu negros. Até que cerca de 1% lá dentro já deve haver, mas que não consegue sair de secretário. O processo de promoção é extremamente preconceituoso e este é o segundo maior país de população negra, uma população construída pelos nossos antepassados.

Quero chamar atenção para a liberdade religiosa. Não podia deixar de tocar nesse tema, até por estar em uma Universidade Católica. O que se faz com os cultos afro é um crime, não há respeito, existem ataques, inclusive, dos setores pentecostais evangélicos a essa religião e às vezes há o silêncio da sociedade. Pior ainda quando se trata de ensino religioso. Os católicos agora estão brigando para que o ensino religioso seja também confessional. Acho que a escola não tem que dar ensino confessional. A escola tem que abrir espaço para que todas as religiões sejam colocadas de forma transparente, sem proselitismo, para que seja do conhecimento de todas as crianças, e cada um escolha o caminho que tem que seguir. Se isso acontecesse, talvez não teria ocorrido a tragédia no World Trade Center, porque a exclusão gera ações sectárias. A incompreensão que existe em relação ao islamismo também se relaciona com isso. Ensino religioso não é apenas aprender o ensino cristão, é entender das religiões e aprender a ter respeito pelas religiões, mesmo que elas sejam diferentes. Daí a importância de a liberdade religiosa ser debatida na sociedade. Não é obrigatório que se ensine só o culto cristão, porque os cultos afro têm uma lógica, uma forma de se colocar muito diferente para a sociedade e são olhados de forma extremamente preconceituosa.

Somos diferentes, de origem diferente, mas podemos ser iguais na luta por liberdade, por democracia e por respeito a nosso próximo na sociedade brasileira.

A partir dos comentários da platéia, a idéia que temos é correr Universidades, escolas, para ampliar esse debate. De fato, há uma ignorância muito grande, não só quanto à informação, mas porque isso tem que ser um debate muito presente na opinião pública, nos meios de imprensa. Mesmo esta, quando toca nesse tema, o faz de forma que não entende muito. Temos que ampliar o debate porque ele amplia também a visão das pessoas e muda a atitude das pessoas. Precisamos mudar a atitude das pessoas negras e brancas. Eu sempre digo que lutar contra o racismo pela promoção da igualdade dos negros na sociedade brasileira não é um compromisso só dos negros, tem que ser da sociedade brasileira. No caso de quem lembrou a educadora infantil, eu nunca vi nenhum sindicato de educadores nem movimento de educação infantil escrever uma carta como protesto contra as apresentadoras infantis. Todas elas são brancas, por isso o garoto, quando chega à escola, não quer ser negro. Lembremos quando a Xuxa surgiu e as crianças chegavam à escola com aquelas duas trancinhas da Xuxa e aquela botinha branca. Eu achava um absurdo, porque elas se espelham em uma imagem que não é a imagem delas. Não que eu seja contra a Xuxa, nem a Eliana, ou nenhuma delas, mas eu chamo atenção para a falta de diversidade colocada nos programas de televisão. Isso tem reflexo direto no comportamento e na escola. Há escolas particulares que não contratam professora negra para alfabetização, porque senão há reação da criança e da mãe. Eu conheço vários casos no Rio de pressão para tirar professora negra da escola, não querem que ela alfabetize o filho, porque a primeira professora sempre é uma imagem importante para a criança. No caso de quem está preocupada com o casamento, acho que a resposta não é de quem casa com quem, isso é um opção individual. O problema é que não se pode fazer uma escolha só para auto-afirmação. É uma ilusão achar que, ao se casar com pessoa branca, a barra vai melhorar, porque não vai. O importante é lutar para que não haja discriminação independente da escolha. Há casos em Minas Gerais e em outras cidades do interior, em que existia cemitério para negro e cemitério para branco, embora aqui nunca tivesse existido lei do *apartheid*. Havia e há clubes em que negros não entram, embora aqui nunca tivesse existido lei do *apartheid*. As pessoas convivem com isso de uma forma muito tranqüila. Se observarmos os espaços de privilégios de alguns lugares, o melhor bairro, o que tem melhor saneamento básico, melhor infra-estrutura, onde o ônibus passa de dez em dez minutos, não são bairros de negros. E as pessoas convivem com isso tranqüilamente. No caso do *shopping*, há uma campanha que estamos fazendo, um outro desafio que acho que tem que haver aqui: não compre onde não se emprega negro. Isso tem que ser dito, tem que se fazer campanha, boton, adesivo, talvez a PUC possa inovar, junto com o N'Zinga, já que a Benilda é professora aqui. É preciso que se expresse para a sociedade que se está indignado com essa situação. Da mesma forma que houve com a questão da ecologia. Tantas pessoas se tornaram ecologistas, virou moda. A luta contra o racismo tem que virar uma luta política, é uma questão de opção política. Na época da Conferência Nacional no Rio, fomos para o *Shopping*, e foi como pegar o cara com baton na cueca. Entrava-se na loja e não havia mesmo trabalhador negro. O gerente, então, falava que ali tinha um, era o indivíduo do estoque que estava lá trás. Aí chamavam-no: "Ele está aqui, tem um aqui!" Eu não sei aqui, porque eu não conheço bem Belo Horizonte, mas, no Rio de Janeiro, existem restaurantes na orla marítima que não empregam negro para garçon. Quando estávamos no *shopping*, uma pessoa saía com a

sacola, mas, quando nos viam na porta, diziam assim: “Ah, é! Aqui não emprega negro não? Então vou lá devolver a compra”. A questão é de ética e as pessoas vão de uma forma tranqüila, consomem, compram, nunca se questionam: são dez funcionários aqui, todos são brancos, isso não é normal. O fato é que não se emprega, não porque os negros não vão lá pedir o emprego, o fato é que são obrigados a voltar. Como nas grandes empresas, aqui na PUC, a turma que varre o chão é a nossa galera, a turma da faxina, que toma conta do banheiro. Quando se vai subindo para o escritório, a turma desaparece. Esse é um espelho importante e não posso acreditar que nenhuma pessoa cristã encare isso de forma tranqüila, durma o sono dos justos e ache que vai para o céu. Temos que mexer com a consciência cristã das pessoas, a culpa. O racismo persiste porque as pessoas são culpadas, elas não se mobilizam para lutar contra isso.

Marcos Terena

Fundador do movimento indígena no Brasil, da União das Nações Indígenas; piloto comercial de aviões, membro do Conselho Editorial da revista **Tier América**, da Organização das Nações Unidas; membro do Conselho Curador da Fundação Palmares; fundador dos direitos indígenas na ONU; coordenador geral de direitos indígenas da Funai.

Eu estava em Mato Grosso do Sul, volto à tarde, porque estamos realizando, em Campo Grande, os jogos dos povos indígenas, entre 900 guerreiros de 40 povos de todo o Brasil. São índios que têm mais de cem anos de contato com o homem branco, como nós chamamos. O homem branco não é a cor da pele, mas é aquele que não é índio. Estão lá índios que até a Eco 92 não conheciam o homem branco, não conheciam a Funai, não conheciam essa sociedade. Eles estão lá compartilhando, fazendo intercâmbio com os próprios índios.

Nós somos hoje no Brasil em torno de 230 povos e falamos 180 línguas. Imaginamos 40 povos ali, quando um fala em uma língua o outro não entende, nós só nos entendemos em português ou através do indigenista, o especialista naquela cultura. Consideramos especialista aquele que vive lá no meio dos índios, come com eles, caça com eles, anda com eles. Não é o teórico, pois ele é um pouco mais distante.

Creio que foi importante nós, os representantes indígenas, termos estado junto com o Ivanir, com o próprio Roberto, o Ricardo, entre outros, em debate sobre a questão indígena em uma visão mais ampla, que é desconsiderar o índio como parte da vida do branco, como parte do seu pedaço no seu dia-a-dia.

Também nós queríamos debater isso com os representantes do governo. Existe a Funai, um órgão tutor, para dizer a palavra correta, legal. Inclusive nesse debate nós perguntamos: depois de 500 anos o que significava essa palavra “tutor”, qual a finalidade dessa palavra “tutor” em relação às questões indígenas? Durante toda a minha vida pessoal eu nunca dependi da Funai, apesar de ela ser minha tutora. Sempre fui à luta, sempre fui buscar escola, tive que aprender a fazer conta e na minha língua, na minha tradição Terena – Terena

é um desses povos indígenas. Eu sempre conto que nós contamos até 3. Até a trindade nós podíamos contar, depois disso a gente não conseguia mais contar. Então nós temos um, dois, três. Quatro nós não temos. Imagina-se entender os gráficos que o Sr. Ricardo montou, a aritmética, essa ciência que é maravilhosa também porque pode nos ajudar.

Estamos sempre provocando o Roberto, o Ipea, e ele aceitou esse desafio, que é fazer um diagnóstico, não da assistência, quantos índios foram atendidos pela Funsa, quantos foram atendidos pela Funai, pelo MEC, mas nós queremos discutir com o Ipea a questão social, qualidade de vida e a possibilidade, inclusive, de voltarmos a ser ricos, como éramos, antes do contato com o homem branco.

O índio sempre foi rico. Nós nunca fomos pobres. Claro que não havia bancos, nem caderneta de poupança, ou inflação, mas nós tínhamos riqueza. O que era riqueza para nós? Qualidade de vida. Nunca passamos fome, nunca houve epidemia. Para todas as doenças não precisávamos ir correndo à farmácia comprar remédios. Havia o pajé e o curandeiro. A nossa própria mãe sabia onde estava o remédio, onde buscar esse remédio. Nós também sabíamos onde tinha comida: “Vamos fazer um churrasco de anta. Onde que nós vamos comprar essa anta?”. Não precisava comprar. Sabíamos aonde a anta ia tomar água, a hora em que ela ia tomar água e o tamanho dela. Se uma aldeia tinha cem pessoas, o churrasco dava para todo mundo. Se chegassem mais cinquenta no final de semana, provavelmente como acontece com os brancos, procurávamos uma anta maior. Então sempre houve o chamado “equilíbrio de vida” e, conseqüentemente, qualidade de vida.

Chegou o homem branco com um negócio chamado moderno, modernidade, com a tecnologia, com a colonização, um negócio interessante chamado civilizar os índios. Com ele aprendemos muitas coisas, com o colonizador. A primeira coisa foi mentir, através de algo que os políticos hoje, com tanta eficiência, chamam meia verdade. Então nós ficávamos olhando, porque nós dizíamos: “Sim, sim! Não, não!”. Quando falávamos isso, dependendo do tom, éramos tratados como um inocente, ou como um selvagem, mas era a forma verdadeira que trazia esse equilíbrio, e, interessante, trazia o respeito entre nós mesmos, entre a criança e o velho, entre o velho e a criança. Quando ouvi a Benilda contar que as mulheres apanhavam dos maridos, não consegui ver essa cena. Alguém vive com seu companheira, pensa que se casou com ela e que vão viver até chegar aquele dia em que não vai conseguir abrir os olhos, no entanto tem que bater na mulher, ou castigá-la, ou castigar o homem, ou a criança. Ao contar, muitos da platéia acharam graça, mas eu não entendi se riram por causa da cena ou porque já levaram um tapinha também. Fiquei pensando: “Puxa, será que isso daí realmente é um programa engraçado?”. O marido, como ela disse aqui, o marido chega bêbado em casa e bate nos filhos e bate na mulher. Esse conceito de família, por exemplo, não era da civilização indígena.

Nós tivemos que ver tudo isso. Eu estou falando com toda sinceridade que eu fiquei muito, muito preocupado com essa informação, porque eu tenho duas filhas. Eu fico pensando: “Será que elas vão apanhar também do marido?”. Eu não bato nelas, para a disciplina não precisa bater.

Então que tipo de conceito temos criado para superar esse ranço discriminatório, preconceituoso? Eu não gostaria que acontecesse isso com as minhas filhas, mas será que eu vou viver até lá para ver isso? Como vou assegurar essa proteção às filhas do índio, do negro, dos brancos. A discriminação, o preconceito, a exclusão, como estamos discutindo aqui,

têm que ser pensados realmente no nosso dia-a-dia, na nossa maneira de ver. Nós, por exemplo, fomos chamados de índios.

Em Campo Grande, amanhã, faremos um encerramento. Convidamos: colônia paraguaia, que faz fronteira, colônia árabe, colônia japonesa, os afro-descendentes, e estou fazendo força para levar o Carlos Moura, que é o grande chefe deles, para que ele esteja lá sentado conosco para compartilharmos o retrato de ser brasileiros. Nós temos, inclusive, uma análise desse processo da separação, da discriminação, por sermos diferentes, foi criado por uma filosofia, uma linha de pensamento.

Aqui se falou um pouco do processo educacional, para fazer com que acreditássemos que realmente ser moderno, ser desenvolvido, ser civilizado era desconsiderar o mais fraco. Lá nos jogos indígenas existe uma luta chamada ruca-ruca, entre dois guerreiros fortes. Aí começou a luta, aí o cacique disse: “Terminou a luta”. Ninguém entendeu nada: “Uai quem ganhou?”. O que perdeu falou: “Não, ele ganhou!”. Um correspondente francês que fazia a cobertura falou: “Isso não existe numa competição esportiva. Quem decide quem ganhou foi quem perdeu, já pensou fazer isso no campeonato mundial de futebol?”. Nós, os índios estamos procurando educar o homem branco, apesar de tudo.

O Brasil tem quase 200 milhões de pessoas e nós somos apenas 350 mil índios. Aqui, em Minas Gerais, eu creio que existem menos de 10 mil índios. Onde eles estão? Eu vou também dizer, eles não estão nas escolas de 2º grau, eles não estão nas Universidades, mas nós vamos chegar lá. Nós, os índios, também queremos índios nas escolas, na Universidade, índios capazes de poder contribuir melhor com a qualidade de vida do nosso país. Um dia nós vamos fazer o Brasil refletir essa multiétnia, a etnia e o orgulho do Brasil de ser assim. Nós não somos país de terceiro mundo, pode ser do ponto de vista numérico, economicista, mas do ponto de vista da dignidade e do respeito, nós vamos construir um novo povo, uma nova relação entre as pessoas. Por isso que estamos aqui, inclusive com esse pequeno público, e trabalhamos nesse sentido, pois não queremos um homem branco que nos discrimine, nem nós vamos discriminá-lo. Não podemos tratar as pessoas com a mesma moeda com que fomos tratados, seja do ponto de vista religioso, espiritual, cultural, econômico.

Damos a nossa cota de contribuição. O Brasil tem 11% do território brasileiro considerados terra indígena, mas o índio não é dono da terra do ponto de vista do título. Para quem compra um apartamento, ao acabarem as prestações existe o título de propriedade. Nós, os índios, apesar da terra demarcada, não temos esse título. Então queremos discutir com os dirigentes do país o seguinte: cultura forte, mas queremos uma economia forte também.

Lá nas terras indígenas temos remédio para Aids, câncer, gripe, uma série de remédios. Deixemos o homem do primeiro mundo produzir novas doenças, nós, do Brasil, acreditamos que temos a resposta, os remédios para essas doenças, inclusive a terapia. Outro dia eu falei para alguém, no Rio de Janeiro, que os psiquiatras e os psicólogos iam perder o emprego nas aldeias porque lá não é necessário. Sabe por quê? Um dia o Ministério da Saúde esteve na aldeia, jogou veneno e acabou com os piolhos, ninguém mais tinha piolho. Começou uma crise nas famílias, a mulher ficava nervosa, o menino ficava nervoso, o homem ficava nervoso, então um pajé falou: “Sabe o que aconteceu? Depois que aquele pessoal veio aqui e levou o piolho embora, nós estamos com um problema, então vamos escolher aqui cinco mulheres e cinco homens para visitar outra aldeia, vai lá e pega piolho e voltem pra cá”. Eles voltaram a ficar felizes porque a velha põe a mulher no colo, ficam conversando, catando

piolho e o tempo passando; chama a criança, cata piolho e conversando, igual aos brancos quando vão ao salão cortar unha, ficam conversando, falando besteira, conversando daqui pra lá. Nós também temos a nossa terapia. Parece meio nojento isso, mas basta fazer isso com o filho, antes de ele ir para a escola e ver que coisa sadia.

Os índios sempre foram os grandes mudos da história do Brasil, nós nunca pudemos falar a nossa história, contar a nossa tradição, os nossos costumes e hoje queremos romper essa falsidade que foi proteger os índios. Queremos fazer essa aliança com a sociedade brasileira, nós não podemos menosprezar a capacidade dessa máquina que está gravando o que eu estou falando, assim como não podemos menosprezar a capacidade que os brancos têm de distribuir essas informações, os brancos são maioria. Nós não queremos também deixar de falar do grande massacre dos índios, mas daqui para frente queremos estabelecer essa aliança.

O índio vai continuar sendo índio. Conseguimos com o Itamarati um conceito novo e vamos trabalhar para se tornar legal, que é tratar o índio não mais como um índio, mas como um povo indígena. Esse é um processo de articulação conjunta perante a Conferência da África do Sul. Vamos também agora procurar acelerar a demarcação das terras indígenas. Se não tiver terra, haverá conflito, o fazendeiro não ficará satisfeito, o posseiro não terá lugar para ficar e o índio também. Por isso queremos estabelecer essa aliança.

Quero deixar uma pergunta. Quando cheguei, vim para cá no táxi, vi ali no centro da cidade, na esquina em que o táxi parou no sinal, escrito assim: Rua dos Goitacazes. Goitacazes não existem mais, do ponto de vista físico, do ponto de vista humano, do ponto de vista territorial, mas eu queria perguntar assim: qual pedaço de índio que há em você? Não precisa ser sangue. O branco pergunta em que rua fulano mora. “Eu moro ali na rua dos Goitacazes” é um pedaço de índio que está dentro de vocês, principalmente aqui de Belo Horizonte, de Minas Gerais.

Ricardo Henriques

Pesquisador do Ipea, professor de Economia da Universidade Federal Fluminense.

Por um lado, sobretudo os dados nos permitem já dizer, o pertencimento da população afro-descendente tem uma importância absolutamente significativa na estruturação das desigualdades sociais e econômicas do Brasil. Por outro, o que observamos, tanto do ponto de vista cotidiano, quanto no amplo debate acadêmico e político da sociedade brasileira é que há um certo véu bastante espesso em torno da discussão racial. Ela é invisível ao debate público.

O mito da democracia racial não é o lugar do mito como um ideal, certamente um ideal desejado para a sociedade contemporânea, ou seja, o mito da harmonia da convivência. Mas a dimensão que ficou do mito da democracia racial é o outro componente etimológico da palavra ‘mito’, a dimensão da mentira. A mentira sobre a questão racial tem um convívio muito simples porque ela é uma mentira pela omissão. Ou seja, nós somos omissos sobre a reflexão e evidentemente temos que ser incapazes de formular a possibilidade de redefinir a inclusão dos afro-descendentes dentro da sociedade de forma justa.

O problema não é só de justiça, é também de eficiência. A sociedade brasileira desperdiça quase metade da sua população, não permite, em última instância, que ela seja tratada de forma igual nas oportunidades, nem intervém de forma dinâmica para melhorar as condições de vida da população como um todo e tornar a sociedade mais dinâmica.

Sob esse ponto de vista, apresentarei, conforme a linha da pesquisa que temos desenvolvido no Ipea, a contextualização para os anos 90 do resultado que tem aquela origem histórica já discutida, e que, simplesmente, de forma infeliz para nós, corrobora os marcos da exclusão definidos no século passado.

Um dado de referência importante é que existe em torno de 1/3 da população brasileira na condição de pobreza, isto é, em torno de 53 milhões de pessoas, segundo os cálculos do Ipea, podem ser considerados pobres. Pobres aqui são pessoas sem condições mínimas de alimentação, transporte, moradia e vestuário. Existem 22 milhões de indigentes, a condição de pobreza absoluta de miséria. Esse número é assustador, se nossa sociedade fosse algo mais inclusiva, poderia ser dinâmica ao ponto de conseguir reduzir isso de forma significativa. Se nossa injustiça fosse um pouquinho menor e se tivéssemos a dinâmica dos países que têm renda parecida com a nossa, tenderíamos a ter 12, 13, 15% de pobres e não trinta e poucos por cento. Existem no mínimo 20% da pobreza brasileira que é absolutamente excessiva devido à desigualdade. Essa desigualdade, com que de alguma forma se passou a conviver de modo natural – nós nos incomodamos com a pobreza, mas vemos muito pouco a desigualdade – é gigantesca no Brasil, explica o tamanho da nossa pobreza e, infelizmente, a desigualdade racial está em um núcleo duro dessa desigualdade, que nós observamos e de alguma forma negamos na sociedade brasileira.

Na distribuição da população brasileira, 0,2% pode ser considerada indígena, 0,5% é de origem asiática, segundo a declaração do IBGE, mas o resto nós podemos dividir assim: 45% da população, de acordo com os dados do IBGE, é preta ou parda, o que nós estamos chamando aqui de negra e 54% da população é branca. O problema todo é o seguinte: poderíamos ter essa pobreza gigantesca, 53 milhões de pessoas excluídas na sociedade brasileira, sem condições mínimas de dignidade e cidadania, mas essa pobreza poderia ter, do ponto de vista racial, uma distribuição idêntica à sociedade. Ou seja, a pobreza poderia ser, evidentemente execrável, deveríamos fazer tudo para combatê-la, mas a pobreza poderia ser democraticamente distribuída em termos raciais. Na distribuição da população pobre, os negros, que eram 45% da população, são 64% da população pobre. A população indigente, na pobreza absoluta, é 69%, ou seja, quase 70% da população em condição de pobreza absoluta é negra. Evidentemente há um viés racial na pobreza. Incorporamos cada vez mais que a pobreza no Brasil tem cor, ela é negra.

Infelizmente, além de ela ser negra, a pobreza é negra e jovem. Do ponto de vista da nossa herança histórica e do nosso projeto de futuro, essa pobreza vai estar representada não só nos negros, como também nas crianças, portanto nas crianças negras. 50% das crianças entre 5 e 10 anos estão na condição da pobreza, e o peso das crianças negras é ainda maior. Isso nos coloca, do ponto de vista interrelacional, uma perspectiva de manutenção e reprodução desse cenário de exclusão e, evidentemente, de perpetuação desse campo de injustiça.

Além da pobreza, existe o problema da distribuição de renda. Algo como 17 milhões de pessoas são os 10% mais pobres da população; 30% desses 17 milhões são brancos e 70% são negros. Na seqüência da distribuição de renda, percebemos que está ocorrendo um ab-

solutamente embranquecimento da riqueza no Brasil, onde 10% são mais ricos, e 85% desses 10% mais ricos são brancos e 15% são negros. Passamos de 70% de negros entre os 10% mais pobres para 15% dos negros entre os 10% mais ricos. A perversidade da distribuição de renda é tamanha no Brasil ao ponto de nós criarmos uma situação de um espelho, em que os 10% mais ricos detêm cerca de 12% da renda deste país. Os 50% mais pobres detêm cerca de 12% da renda do país. Isso é verdade hoje, mas isso é verdade também ao longo da história recente brasileira, desde os anos 70, 75 pelo menos.

Se eu estou relatando a experiência brasileira do último quarto de século, estou retomando o final da ditadura militar, depois a abertura política, o processo de eleição democrática, o primeiro impeachment de um presidente, dois regimes depois, o processo constituinte ao longo desse período, 13 planos de estabilização econômica; aconteceu a abertura econômica, a abertura completa comercial, abertura financeira, crises internacionais. Ou seja, aconteceu tanto do ponto de vista político, institucional e econômico, mas não aconteceu nada do ponto de vista de distribuição de renda. Interessa-nos mais do que isso como a questão racial se distribui entre os segmentos de renda. Dos 12% da renda que é apropriada pela metade da população, a grande maioria dela é negra.

Existem vários fatores que explicam a desigualdade, mas o fator absolutamente preponderante de 2/3 da desigualdade que se consegue medir no Brasil está associado à taxa de analfabetismo de crianças de 7 a 14 anos. De 1987 a 1999, há uma queda entre brancos e negros, mas com uma diferença significativa entre eles. Outra análise seria a porcentagem da população que tem a escolaridade até a 8ª série do ensino completos. Desde nascidos em 1929 até 1974, a escolaridade dos jovens com 8 anos de estudo completos aumenta ao longo da história do Brasil, mas a diferença entre brancos e negros se mantém todo o tempo. Quando se considera a 3ª série do ciclo secundário, a escolaridade de ambos sobe, só que a diferença é grande. Infelizmente entre os mais jovens, os nascidos entre 1972, 1973, 1974, a escolaridade dos brancos cresce a uma taxa ainda maior do que a escolaridade dos negros. Entre os jovens do 3º ciclo fundamental, além de a diferença existir, ainda está piorando a discriminação racial. No ensino superior, os negros são em torno de 2% deles. Quanto à escolaridade média, no Brasil, hoje, os brancos têm 6,6 anos de estudos, e os negros – pardos e pretos – têm 4,3 anos de estudo.

O surpreendente é que, entre as pessoas nascidas em 1974, ou seja, que na data desta pesquisa, 1999, eram jovens de 25 anos de idade, dentre elas, os brancos têm em média 8,3 anos de estudos e os jovens negros têm em média 6 anos de estudo. A diferença de escolaridade entre os jovens de 25 anos de idade hoje é de 2,3. Mas os pais desses jovens brancos e negros também observavam uma diferença de 2,3 anos de estudos. A escolaridade desses pais era menor, mas a diferença entre eles era a mesma. O que é mais grave é que, em 1929, os avós desses jovens, que obviamente são muito menos escolarizados do que esses jovens, também tinham, do ponto de vista relativo, a mesma diferença.

Isso é simplesmente um retrato, e, se nós acreditarmos que a educação é absolutamente fundamental para definir igualdade e oportunidade em qualquer sociedade, o que observamos é que, ao longo desse século, apesar da melhoria da escolaridade, a diferença entre brancos e negros, ou seja, a distância entre eles, a tradução da discriminação racial expressa em termos educacionais se mantém absolutamente inerte. Nenhuma sociedade, por mais planificadora que fosse – eu aqui vou radicalizar –, nem os regimes mais delirantes de plani-

ficação autoritária, na experiência contemporânea da humanidade, seriam capazes de pensar que tomariam uma decisão e que, 70 anos depois, ou seja, quase um século depois, as posições relativas estariam exatamente na mesma situação, que todos estariam distantes como estavam antes.

A sociedade brasileira de uma forma totalmente endógena gerou uma situação de manutenção do padrão de discriminação nunca pensável. É absolutamente fundamental pensar que, para redefinir e criar bases efetivas e não formais de igualdade e oportunidade entre os humanos brasileiros, é preciso romper com essa tendência histórica.

Para reverter isso é absolutamente incontornável que se construam medidas de preferência racial, especificamente ditas medidas de ação afirmativa. Ou seja, a única possibilidade de romper com essa idiosincrasia racial brasileira, de minimizar o problema racial, de entrar no núcleo duro da desigualdade racial e se criarem bases para uma repactuação na sociedade brasileira, para um acordo mais justo e, como derivação, mais eficiente, a única forma que se coloca hoje é tratar de forma desigual os desiguais, fazer políticas de ação afirmativa que permitam a inclusão das pessoas de afro-descendentes, hoje, em uma perspectiva de que é urgente fazer isso.

Enfim, tirar o véu da discussão racial, enfrentar a questão da desigualdade em um amplo debate da sociedade brasileira e criar as várias formas de políticas de ação afirmativas, é o caminho, me parece, crucial e essencial para redefinirmos as bases de um Brasil que, não só não tenha pobreza, como seja mais igual, mais justo, portanto algo próximo daquilo que nós em alguma hora sonharíamos em torno do lado bom do mito – o ideal de uma sociedade harmônica que conviva de forma integrada, sem a intolerância que nós vemos hoje no mundo. Seguramente, hoje, nós estamos muito longe disso.

Ainda há que se dizer, sobre o processo de inclusão racial, a partir do pensamento de Mário Terena, que os índios são os grandes mudos da história brasileira. Acredito que a sociedade brasileira, acima de tudo, é surda e cega para a questão racial. Talvez porque nós não tenhamos passado pelo ódio explícito da experiência racial americana, talvez porque não tenhamos passado pela experiência de segregação do *apartheid* sul-africano, de alguma forma nós não vemos o racismo. E ao não vermos o racismo, obviamente no sentido figurado, nós queremos não ver o racismo, acabamos não falando sobre ele e obviamente não ouvimos nada. Então debater essa questão passa a ser vital, pois, infelizmente, não só a sociedade não debate, como, para ser mais contundente, os partidos não debatem. Os atores políticos da sociedade brasileira não discutem a questão racial, exceto a Benilda, que já foi candidata, o Ivanir, que já foi candidato, algumas pessoas do movimento negro que também discutem, sequer na agenda política do país isso está incorporado. O mais importante que temos a fazer é disseminar radicalmente o debate sobre a desigualdade racial no Brasil. Se radicalizarmos o exercício do debate será tão contundente a evidência do processo de discriminação em que a sociedade vive, que passaremos a ter debate, a ouvir e falar e a propor soluções que a médio prazo contribuirão para resolver esse grande mal que é a desigualdade racial brasileira.

Roberto Borges Martins

Presidente do Ipea.

O Ipea – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – sempre trabalhou com a questão da desigualdade e pobreza. No último ano, nós introduzimos de maneira muito forte em nossa agenda de pesquisa um programa a respeito das desigualdades raciais no Brasil, não só em termos de diagnóstico e verificação dos seus determinantes, mas também a discussão sobre quais são as políticas necessárias para promover a igualdade de oportunidades entre as raças no Brasil.

“O Brasil foi uma das maiores nações escravistas no mundo”. Essa afirmação é de um filósofo americano do século passado, segundo o qual, quando alguém prende uma corrente no pescoço de um escravo, a outra ponta dessa corrente se enrosca no próprio pescoço. Eu acredito que essa é a situação da sociedade brasileira. Foi uma sociedade escravista, está presa, enrascada com esse problema até hoje, porque não conseguiu promover a equalização social, econômica, política, cultural entre negros e brancos.

Apresentarei fundamentos históricos que justifiquem o Ipea estar defendendo com tanta ênfase a necessidade de o Brasil adotar políticas compensatórias, de ação afirmativa, para promover a igualdade entre as raças no país.

Além da Nigéria, nenhum outro país do mundo tem uma população afro- descendente maior que a nossa. A população brasileira chegou a quase 2 milhões de escravos, embora as estatísticas não sejam muito precisas. Os Estados Unidos chegaram a 4 milhões e meio de escravos. Nenhuma outra sociedade escravista chegou a ter 500 mil escravos. A escravidão começou a ser abolida na América no início do século XIX. Em um único caso, o Haiti, que era colônia de São Domingos, da França, os escravos se libertaram a si mesmos. Eles promoveram uma rebelião que foi vitoriosa, amplamente bem sucedida, em que derrotaram franceses e em seguida os ingleses, e criaram a 3ª república do mundo. O último país a abolir a escravidão foi o Brasil, que o fez há pouco mais de cem anos.

O tráfico de escravos é um fenômeno muito estudado, envolveu entre 10 e 12 milhões de africanos trazidos da África para a América. Ele ocorre desde o meio do século XV até o meio do século XIX. O Brasil foi, de longe, o maior importador, quase 40%, quase 4 em cada 10 africanos que vieram para a América vieram para o Brasil; é o dobro de qualquer outra região da América, inclusive muitas vezes mais do que os escravos que foram para os Estados Unidos.

Durante as discussões recentes da Conferência Mundial de Durban, contra as formas de racismo, intolerância, xenofobia, foi muito discutido o fato de que os países africanos estariam solicitando indenizações, reparações financeiras aos países europeus por causa dos prejuízos que tiveram com o tráfico atlântico, foram violentados durante muito tempo, quatro séculos, pelo seqüestro de seus habitantes e seu transporte para a América. A tese que eu defendo é que essa indenização é absolutamente falsa. Não há razão nenhuma para uma país, uma nação africana, ter direito a uma indenização, porque todos os Estados africanos – e na África havia Estados bastante desenvolvidos, tanto muçulmanos quanto não-muçulmanos, sofisticados e bastante desenvolvidos, até estados de natureza tribal – foram sócios, a

elite desses Estados africanos foi sócia da elite europeia no tráfico atlântico. Quem produzia o escravo e vendia para o europeu eram africanos e depois os europeus os traziam para a América. Então, quando se pensa em nação, Estado, não há nenhuma justificativa a idéia de que os Estados africanos devem ser reparados. Nós vamos desenvolver a idéia óbvia de que devem ser reparadas sim as vítimas da escravidão, ou seja, os descendentes dos escravos na América. O resultado é que, então, o Brasil foi o maior importador de escravos da história da escravidão moderna. O Rio de Janeiro foi o maior porto escravista da história da humanidade. Nunca houve um outro lugar no mundo onde houvesse tanto comércio de escravos, onde se recebessem tanto escravos. Com isso, no século XIX, o Rio de Janeiro tornou-se a maior cidade africana do mundo. O censo do Rio de Janeiro na metade do século mostra que havia cerca de 75 mil africanos nativos e mais de cem mil afro-descendentes naquela cidade, 65% da população. Nem na África havia uma cidade com essa quantidade de africanos. O porto de Havana era o segundo maior importador de escravos.

Um ponto importante é que a propriedade de escravos não era uma coisa restrita a uma elite. Ela era amplamente disseminada na sociedade brasileira, embora houvesse, é claro, os grandes senhores de engenho, os grandes mineradores, os grandes fazendeiros que tinham quantidades grandes de escravos. Os dados com que trabalhamos, eu sou historiador da escravidão, mostram que havia pessoas que tinham um ou dois escravos: funcionários públicos, viúvas, até ex-escravos. A maior parte da propriedade escravista, dos plantéis escravistas, era constituída de até cinco escravos, o que mostra que havia uma extrema disseminação da propriedade escravista na sociedade. Isso ajuda a explicar a tremenda base social e política que a escravidão tinha no Brasil, o que permitiu que ela sobrevivesse por tanto tempo.

A Igreja Católica sempre teve um papel favorável de apoio ao tráfico e à escravidão. Muito mais tarde a Igreja Católica vai mudar essa posição. Logo que começou o tráfico de escravos, um cronista português exprimiu bem a posição da Igreja Católica com relação ao tráfico, porque ele era chamado de resgate de pagãos para o cristianismo, pelo batismo. Esta é a afirmação, citada em todo livro sobre a escravidão: “Embora os seus corpos ficassem em alguma sujeição, isso era pequena coisa em comparação de suas almas, que haviam de possuir a verdadeira soltura”. A idéia era que não importava estar fisicamente escravizado, o batismo libertaria. A Igreja Católica, evidentemente, mudou de maneira radical sua posição de uns tempos para cá.

Em Minas Gerais, em 1831, cerca de 34% dos domicílios, ou das famílias, possuíam escravos. Para se ter uma idéia, isso é comparável a 1998, quando 30% dos domicílios brasileiros tinham telefone. Ou seja, a propriedade escravista no século XIX era mais disseminada na sociedade do que a propriedade de um telefone ou de um automóvel no Brasil de hoje.

A idéia de que o escravo só servia para aquele trabalho braçal da lavoura ou da mina é totalmente falsa. Escravos foram usados em posição de responsabilidade, de tomada de decisão, ou que requeriam competência técnica gerencial. Escravos foram usados na indústria manufatureira e em toda sorte de ocupação.

O maior sistema escravista que existiu no Brasil não ocorreu na Bahia, nem no Nordeste, ou no Rio de Janeiro, foi em Minas Gerais. Aqui tinha, de longe, a maior quantidade de escravos do Brasil e era o maior importador de escravos até o final da escravidão, mesmo depois que passou o ciclo do ouro.

Chegamos à situação de que, há mais de cem anos, no primeiro recenseamento feito

no Brasil, havia 58% da população brasileira afro-descendente. Eram escravos, ex-escravos e descendentes dos ex-escravos. No primeiro censo republicano, a população brasileira afro-descendente era ainda mais da metade, 56%.

Costuma-se falar que a abolição foi um momento inaugural, o momento fundador da exclusão da população negra no Brasil. Eu contesto isso. É verdade que se aboliu a escravidão sem que se tomasse nenhuma outra medida de promoção de oportunidades para a população negra, para os ex-escravos. A Lei Áurea é de uma simplicidade fenomenal: “É declarada extinta a escravidão no Brasil. Revogam-se todas as disposições em contrário”. Alguns abolicionistas mais conscientes da época defendiam a necessidade de, ao abolir a escravidão, promover o acesso dos negros à educação, à terra, a uma série de outras coisas, mas isso não foi feito. Também não é verdade que esse é o momento inaugural da exclusão da população negra dos benefícios do progresso, do acesso à propriedade, do acesso à educação e outras coisas, porque ele é muito anterior. Às vésperas da abolição, 1887, havia 723 mil escravos no Brasil e já havia mais de 8 milhões de descendentes de escravos, que não eram mais escravos e que já estavam totalmente excluídos. Então, há processos excludentes em operação na sociedade brasileira muito anteriores à abolição. No censo de 1991, uma das categorias usadas pelo IBGE era classificar em pardos e pretos pela auto-declaração, em que o recenseador pergunta à pessoa em que categoria ela se inclui. Resultam daí variações regionais, no Sul do Brasil as pessoas se declaram menos negras do que no Norte, e assim por diante, mas, de qualquer maneira, ainda 48% da população brasileira no censo de 91 se declararam afro-descendentes: ou pardo, ou preto. A divisão por cor no censo 2000 ainda não foi publicada. O último dado da PNAD de 1999, que permite fazer uma estimativa, mostra que 45% da população se declarava afro-descendente. Portanto, descendente daquelas pessoas que vieram para o Brasil involuntariamente, como escravos e que sofreram a mais radical forma de exclusão possível de existir, a pessoa não é proprietária sequer do seu próprio corpo e do seu próprio trabalho.

O problema no Brasil, para encarar as desigualdades que o movimento negro aponta desde sempre, é o Brasil não discute políticas de inclusão, não discute políticas de ação afirmativa porque ele simplesmente nega que o problema exista.

Ainda na época da escravidão e posteriormente por alguns sociólogos e historiadores, dentre eles Gilberto Freire, inventou-se no Brasil o mito de que a escravidão aqui foi mais suave, mais branda do que nos Estados Unidos ou no Caribe britânico. A história era que, no Brasil, a relação era mais amigável em função da miscigenação, do fato de sermos uma colonização católica e não protestante. Desse mentira, inteiramente desmoralizada pela historiografia moderna, partiu-se quase que automaticamente para o mito da democracia racial: a relação entre as raças é cordial, elas são amigáveis, e, levada ao limite, as oportunidades seriam iguais para todo mundo. É verdade, sim, que nós convivemos com menos conflito, menos ódio racial do que outras sociedades como os Estados Unidos e a África do Sul, enfim, temos menos ódio racial explícito. Mas, a partir daí, dizer que temos uma democracia racial é uma absoluta mentira. Então o grande problema que a sociedade brasileira precisa encarar é superar a negação, é reconhecer que o problema existe, uma profunda desigualdade.

Essa desigualdade não é coisa do passado, porque está entre nós até hoje e causa danos imensos para a sociedade brasileira, sobretudo para população negra do Brasil. É possível mostrar, pelos estudos econômicos mais elaborados, que, se tivéssemos uma democracia

racial verdadeira, nós teríamos – o que não seria bom só do ponto de vista ético –, mas teríamos mais eficiência econômica, mais competitividade, além de sermos mais justos, seríamos também uma sociedade mais rica.

O Ipea tem saído em campo com uma defesa muito forte. Nós participamos de todo o processo preparatório da Conferência de Durban, fomos membros do Comitê, membros oficiais da delegação brasileira, e tivemos a ventura de conhecer e nos tornarmos amigos de militantes do movimento negro, do movimento indígena e do movimento gay no Brasil. Tivemos a felicidade de trocar idéias e de aprender muita coisa com essas pessoas.

Temos defendido, então, a necessidade de encarar o fato, desenhar políticas públicas que compensem esse fato e que resgatem essas desigualdades do passado, baseados em uma premissa que é absolutamente simples: “É preciso tratar desiguais de maneira desigual para promover a igualdade”. A sociedade brasileira já se acostumou com a idéia de que para pessoas portadoras de deficiência é preciso criar alguma coisa diferente: é evidente que aquela pessoa não consegue disputar a mesma vaga de estacionamento que uma pessoa que não tenha essa deficiência, por isso encontramos nos estacionamentos vagas reservadas para portadores de deficiência. É preciso que o Brasil entenda que, para com a sua população indígena e negra, esse tratamento é uma necessidade ética, social e seria também um ganho até do ponto de vista econômico.

O Ipea tem se dedicado intensamente a estudar a questão da desigualdade racial, nosso foco tem sido até agora com relação à população negra, em face do seu tamanho e da imensa quantidade de injustiça que está encerrada nessa desigualdade. Mas nós temos um compromisso, promover os mesmos estudos com relação à população indígena, desenvolver as mesmas análises e fazer o mesmo debate que estamos fazendo com relação à população negra.